



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 1º QUADRIMESTRE
PREFEITURA MUNICIPAL

Processo: eTC-4546.989.18-7

Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Mor

Assunto: Acompanhamento das Contas Anuais

Exercício: 2018

Período examinado: 1º Quadrimestre de 2018

Prefeito: Sr. Thiago Giatti Assis
CPF N.º: 195.660.708-02

Relator: Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Instrução: UR-03 - DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos a notificação do Sr. Thiago Giatti Assis responsável pelas contas em exame, Anexo 1.

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	Relatório Smart 2017	56.359 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Relatório Smart 2017	R\$ 190.355.219,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2015	2016	2017
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	B+	B	C+
i-Amb	B	B	C+
i-Cidade	A	B+	A
i-Gov-TI	B	C+	B+

Índices de 2017 após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos 03 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2015	2206/026/15	Favorável com recomendação
2014	0114/026/14	Favorável com recomendação
2013	0164/026/13	Favorável com recomendação

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



advertências e recomendações;

6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado.

O presente Relatório Quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da Fiscalização do 3º Quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A.1.1. CONTROLE INTERNO

A Prefeitura não instituiu o sistema de Controle Interno em desacordo como o estipulado nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

Todavia, houve a designação de servidor para exercer função do Controle Interno. O servidor foi nomeado através da Portaria nº 3.300, de 13 de novembro de 2013 que, embora possua cargo efetivo, exerce concomitantemente a função comissionada de Diretor de Planejamento Orçamentário e Convênio. (Anexo 2- p01)

O responsável pelo Controle Interno disponibilizou os relatórios mensais.

Por fim, o relatório do Controle Interno foi enviado ao Senhor Prefeito, contudo, segundo as conclusões dos relatórios do Controle Interno, não existiram ocorrências relevantes que merecessem providências do Chefe do Poder Executivo. Cópias da conclusão dos relatórios encartadas no Anexo 2 - p02/05.

A.2. IEG-M - I-PLANEJAMENTO

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- Não há estrutura administrativa voltada para planejamento.
- A estrutura de planejamento não foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento).
- Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, não recebem treinamento sobre planejamento.
- Não há relatórios com percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade.
- Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.
- As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto, contrariando art. 167 da CF.
- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão.
- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate.
- Não há margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular.
- A média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades teve menos de 60% de coerência, sinal de dificuldade na compatibilização das peças orçamentárias segundo a Lei nº 101/2000, art. 5º.
- O confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados a partir de dados da LOA, demonstram que menos de 60% das metas possuem compatibilidade entre o resultado físico e os recursos utilizados.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual estabelece os pressupostos da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	62.449.177,07	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	78.363.400,38	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	2.858.886,26	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-18.773.109,57	-30,06%

(Relatório de Instrução juntado neste evento no Anexo 3)

Nos termos do artigo 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por quatro vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento. (Anexo 4)

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema AUDESP, referentes ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- O recebimento da dívida em relação ao estoque inicial foi menor que 10%.
- Não há normatização da estrutura organizacional da administração tributária.
- O Repasse de Duodécimos à Câmara Municipal foi maior que o limite estipulado no art. 29-A da CF.
- O município entregou documentos fora do prazo ferindo as Instruções 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

- **ENCARGOS**

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações:		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Parcial*
4	PASEP:	Sim

(Dados extraídos do Sistema Pentaho e confirmados in loco - Anexo 5)

Constatamos as seguintes ocorrências:

*Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS;

O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

- **DESPESAS COM AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS INATIVOS**

Verificamos pagamento aos inativos a título de Auxílio-alimentação no valor de 754.045,33 contrariando a Súmula nº 680 do STF que preconiza que o auxílio-alimentação não se estende aos inativos e pensionistas, vez que se trata de verba indenizatória destinada a cobrir os custos de alimentação devida exclusivamente ao servidor que se encontrar no exercício de suas funções, não se incorporando à remuneração nem aos proventos de aposentadoria. (Doctos. encartados no Anexo 6)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- **REGIME DE ADIANTAMENTO**

Despesas com refeição

Constatamos despesas com refeição que, s.m.j., não primaram pela modicidade dos gastos, Empenho nº 256/2018 (Anexo 7 - p12/22). Valores que alcançaram mais de R\$ 100,00 por pessoa. Outro fato, que nos chamou a atenção, a exemplo das Notas Fiscais nº 5.329 e 8.882, foi que não constavam nas notas a descrição do consumo, apenas "Despesa com refeição", ou seja, de forma genérica.

Cabe destacar que não consta no processo em comento a cotação de preços em relação à estada do Servidor.

Por fim, verificamos que o mesmo procedimento se deu nos processos de adiantamentos referentes aos empenhos nºs 50/18 e 2244/18. (Anexo 7 - p01/12; p34/44)

No nosso entender, há que se ter em mente que o recurso utilizado para esse fim é público e, portanto, a despesa deve pautar-se nos princípios da transparência, economicidade e moralidade. Ainda, o que se observa é que a falha verificada, s.m.j., é prática reiterada adotada pela Administração municipal.

Despesa com transporte/táxi

Analisado adiantamentos referente despesas realizadas com viagens de alguns Servidores, verificamos que nas despesas realizadas com transporte/taxi, não consta o itinerário percorrido na maioria delas, o que impede um eficaz controle da prestação de contas bem como contraria o Princípio da Transparência.

Do acima, destacamos os empenhos de números nº 50, 256, 1232 e 2244/20188 despesas com táxi no valor de R\$ 680,00 470,00, 700,00 e R\$ 713,00, respectivamente.

(Doctos. juntados no Anexo 7)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



• **QUADRO DE PESSOAL**

Observamos que o Órgão em tela não inseriu o Quadro de Pessoal referente ao 1º Quadrimestre do exercício examinado no Sistema AUDESP - Fase 3.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema AUDESP, apresentaram os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	15,78%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	10,60%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	6,04%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	130,19%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	114,32%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	85,64%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	89,62%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	89,62%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	65,41%

Relatório de Instrução juntado no Anexo 3.

Observamos conforme demonstrado no quadro acima que a Prefeitura Municipal em tela não atingiu os 25% previstos na Constituição Federal.

Na análise dos gastos com recursos do FUNDEB acima, denota-se que, não obstante os mínimos tenham sido atendidos, verificamos que foram aplicados 30,19% a mais que o recurso disponível do FUNDEB, o que evidencia erro na classificação da fonte de recursos nos gastos com a educação.

Nos termos do artigo 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por quatro vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no Anexo 4.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



C.2. IEG-M - I-EDUC

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2017.
- Menos de 25% dos alunos de creche concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2017
- Menos de 25% dos alunos de pré-escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2017.
- A quantidade de matrículas de creche informada pelo município é divergente dos dados do censo escolar.
- Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche. O número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas em creche no município quando da nossa fiscalização "in loco" referente ao 1º Quadrimestre de 2018 era de 423 (quatrocentos e vinte e três alunos).
- A quantidade de matrículas de anos iniciais informada pelo município é divergente dos dados do censo escolar.
- O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010.
- O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m2 por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010.
- O Município não possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying, conforme prevê a Lei nº 13.185/15. Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, assunto abordado na lei nº 12.244/10.
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal.
- Menos de 50% dos estabelecimentos de ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017.
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- Houve unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2017.
- Nem todos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2017, como recomendam o Decreto nº 56.819/2011, a Lei nº 6.437/77.
- A quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi superior a 30 dias (média dos 644 municípios em anos anteriores).
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal de creche em 2017.
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal de pré-escola em 2017.
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2017.
- Nem todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, art. 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação.
- O município possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.
- O município possui mais de 10% do quadro de professores de pré-escola como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.
- O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



ESCOLAS VISITADAS, CONFORME FOTOS ABAIXO:

Escola Municipal Miguel Latanzio - escola rural



Identificação da escola



Pátio externo - fundo da escola



Pátio externo - entrada



Pátio externo - lateral da escola



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Infiltração e pintura descascando



Quadra Poliesportiva formando poças de água



Cantinho da Leitura



Computadores que pela poeira e utilização (acomodar material) tem pouca utilização



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Escola Municipal Dona Regina Batista Alexandre -
vinculada a Escola Municipal Professora Terezinha do Menino Jesus
Calil



Identificação da escola



Sala de aula



Jogos educativos são guardados
em local diverso das salas de
aulas para melhor conservação



Quadro negro rebaixado para
facilitar a participação dos
alunos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Escola Municipal Professora Sarah Calil Gomes
Carneiro



Identificação da escola



Jardim - pátio frente da escola



Pátio fundo da escola contendo quadra poliesportiva e parquinho



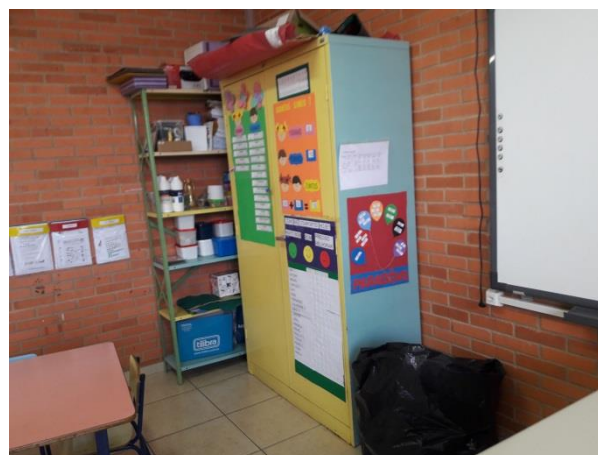
Pátio fundo da escola contendo jogos educativos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Sala de aula



Sala de aula - cantinho para guardar o material

Cabe destacar que durante nossas visitas às escolas a merenda foi servida de acordo com o cardápio estabelecido pela nutricionista.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	35,21%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	26,35%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	20,14%

Relatório de Instrução juntado no Anexo 3.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes.
- O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.
- O Município não possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77.
 - Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2017.
 - O Conselho Municipal da Saúde apontou 20 irregularidades.
 - A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.
 - Os médicos não cumprem integralmente sua jornada de trabalho.
 - O município não possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica.
 - Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade.
 - Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico).
- **UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA VISITADAS, VIDE FOTOS ABAIXO:**

USF - Celestino L. Guedes



Identificação da USF



Parede com infiltração - sala de reunião dos Agentes da Saúde



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Parede com infiltração - foto de outro ângulo - sala de reunião dos Agentes da Saúde



Infiltração - também na sala de reunião dos Agentes da Saúde



Ocorrência de recalque no piso da sala de reunião dos Agentes da Saúde



Área externa - lateral onde se dá a dispensação de medicamentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



USF – Pedro Bachiega



Identificação da USF



Remédios a serem distribuídos para pacientes que são tratados em seus domicílios



Piso com rachadura e faltando piso



Escada com piso quebrado

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- Não existe registro do percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



tratada, que é um produto importante e essencial para a vida humana, abordada na Lei nº 9.433/97.

- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde.
- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez.
- Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana.
- O município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.
- A menor parte dos funcionários da prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares.
- Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva.
- A prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil.
- Nem todos os órgãos e entidades da prefeitura são estimulados em projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Ademais, sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- O Plano de Contingência de Defesa Civil está em fase de formalização.
- Não foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana.
- O município não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado.
- Nem todas as vias públicas no município tem manutenção adequada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

- A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI.
- A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2.
- A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados. O banco de dados sob gerência indireta do município infere que o fornecedor daquele software (sistema) pode intervir nos dados originais sem que a prefeitura saiba dessas alterações.
- Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica, mas não há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa.
- Não há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Acompanha o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

01	eTC nº:	7180.989.18-8
	Interessado:	Ministério Público do Estado de São Paulo – MPC
	Objeto	Ofício nº 143/2018 - 2ª Procuradoria de Contas, de 02 de março de 2018, subscrito pela Procuradora do Ministério Público de Contas ÉLIDA GRAZIANE PINTO. Encaminha Ofício nº 58/2018 - 2ª Procuradoria de Contas, de 1º de fevereiro de 2018 e Ofício PRDC-SP-MPF/MPC-SP/ABMP/Todos pela Educação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



nº 356/2013, de 10 de junho de 2013. Assunto: Recomendação MPC-SP. Contas anuais de 2018. Direito subjetivo público à educação para as crianças e jovens de 0 a 17 anos. Artigo 208, incisos I e IV da Constituição Federal. Risco de oferta irregular de ensino. Dever de alocação suficiente de recursos públicos. Ref: eTC-4546.989.18.

O assunto em tela foi tratado no item C.2 - **IEG-M** - **I-EDUC** deste relatório.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Quanto ao desatendimento as Instruções desta E. Corte verificamos que o município não enviou as conciliações bancárias referentes aos meses 02, 03 e 04/2018 bem como enviou extemporaneamente os seguintes documentos ao Sistema AUDESP, como segue:

Tipo de Documento	Referência	Ano	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
PARECER-CONSELHO-FUNDEB	12	2017	02/02/2018	Sim	Não	05/02/2018
Publ. RREO - Balanço Orçamentário	2	2018	02/04/2018	Sim	Não	23/04/2018
Publ. RREO - Dem. Função / Subfunção	2	2018	02/04/2018	Sim	Não	23/04/2018
Publ. RREO - Dem. Apuração RCL	2	2018	02/04/2018	Sim	Não	23/04/2018
Publ. RREO - Resultado Primário	2	2018	02/04/2018	Sim	Não	23/04/2018
Publ. RREO - Restos a Pagar	12	2017	16/02/2018	Sim	Não	28/03/2018
Publ. RREO - Restos a Pagar	2	2018	02/04/2018	Sim	Não	23/04/2018
Publ. RREO - Oper. Crédito X Desp. Capital	1	2017	16/02/2018	Sim	Não	28/03/2018
Publ. RGF – Executivo	12	2017	16/02/2018	Sim	Não	28/03/2018
Conciliações Bancárias Mensais	11	2017	22/01/2018	Sim	Não	23/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	12	2017	05/03/2018	Sim	Não	26/04/2018
Conciliações Bancárias Mensais	1	2018	02/04/2018	Sim	Não	29/05/2018

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no 1º Quadrimestre de 2018, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações/determinações deste Tribunal:

Exercício: 2013 TC nº: 1461/026/13 DOE: 15/01/16 Data do Trânsito em julgado: 17/02/2016

Recomendações:

Aprimore os mecanismos de planejamento;
Promova rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária;
Assegurar o estrito cumprimento da Lei de Acesso à Informação;
Regulamente o Sistema de Controle Interno.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Exercício: 2014	TC nº: 114/026/14	DOE: 25/11/2016	Data do Trânsito em julgado: 31/01/2017
Recomendações: Atenda às recomendações e instruções exaradas por esta Corte de Contas; Efetivar o Controle Interno			

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O Controle Interno não foi regulamentado na municipalidade;
- Foi nomeado servidor que, embora possua cargo efetivo, exerce concomitantemente a função comissionada de Diretor de Planejamento Orçamentário e Convênio;

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- Não há estrutura administrativa voltada para planejamento.
- A estrutura de planejamento não foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento).
- Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, não recebem treinamento sobre planejamento.
- Não há relatórios com percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade.
- Não há relatórios com avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município.
- As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



decreto, contrariando art. 167 da CF.

- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão.
- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate.
- Não há margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular.
- A média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades teve menos de 60% de coerência, sinal de dificuldade na compatibilização das peças orçamentárias segundo a Lei nº 101/2000, art. 5º.
- O confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados a partir de dados da LOA, demonstram que menos de 60% das metas possuem compatibilidade entre o resultado físico e os recursos utilizados.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

- Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80.
- O recebimento da dívida em relação ao estoque inicial foi menor que 10%.
- Não há normatização da estrutura organizacional da administração tributária.
- O Repasse de Duodécimos às Câmaras Municipais foi maior que o limite estipulado no art. 29-A da CF.
- O município entregou documentos fora do prazo ferindo as Instruções 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

• **ENCARGOS**

- Não houve recolhimento da parte patronal dos Encargos do RPPS.
- O Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- **DESPESAS COM AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS INATIVOS**

- Despesas aos inativos a título de Auxílio-alimentação no contrariando a Súmula nº 680 do STF.

- **REGIME DE ADIANTAMENTO**

- **DESPESAS COM REFEIÇÃO** que não pautou nos princípios da transparência, economicidade e moralidade.
- **DESPESAS EM VIAGENS** com transporte/taxi não constava o itinerário percorrido na maioria delas, contrariando o Princípio da Transparência.

C. 1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

- A Prefeitura Municipal em tela não atingiu os 25% previstos na Constituição Federal.

C.2. IEG-M – I-EDUC

- A prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar no ano de 2017.
- Menos de 25% dos alunos de creche concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2017
- Menos de 25% dos alunos de pré-escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2017.
- A quantidade de matrículas de creche informada pelo município é divergente dos dados do censo escolar.
- Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche. O número de crianças de 0 a 3 anos não atendidas em creche no município quando da nossa fiscalização "in loco" referente ao 1º Quadrimestre de 2018 era de 423 (quatrocentos e vinte e três alunos).
- A quantidade de matrículas de anos iniciais informada pelo município é divergente dos dados do censo escolar.
- O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Parecer nº 08/2010.

- O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m² por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010.
- O Município não possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying, conforme prevê a Lei nº 13.185/15. Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, assunto abordado na lei nº 12.244/10.
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal.
- Menos de 50% dos estabelecimentos de ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2017.
- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m).
- Houve unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2017.
- Nem todos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2017, como recomendam o Decreto nº 56.819/2011, a Lei nº 6.437/77.
- A quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi superior a 30 dias (média dos 644 municípios em anos anteriores).
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal de creche em 2017.
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal de pré-escola em 2017.
- O município informou que não houve aplicação de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2017.
- Nem todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei de Diretrizes e base da Educação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



Nacional (Lei nº 9.394, art. 62) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação.

- O município possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.
- O município possui mais de 10% do quadro de professores de pré-escola como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.
- O município possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como temporários, contrariando a recomendação do Parecer CNE nº 09/2009.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

- Não existe controle de resolatividade dos atendimentos dos pacientes.
- O número de equipes de Saúde da Família não cobre 100% da população do município.
- O Município não possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências.
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77.
- Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2017.
- O Conselho Municipal da Saúde apontou 20 irregularidades.
- A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde.
- Os médicos não cumprem integralmente sua jornada de trabalho.
- O município não possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica.
- Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade.
- Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



E.1. IEG-M - I-AMB

- Não existe registro do percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada, que é um produto importante e essencial para a vida humana, abordada na Lei nº 9.433/97.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde.
- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez.
- Nem todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana.
- O município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal.
- A menor parte dos funcionários da prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares.
- Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva.
- A prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil.
- Nem todos os órgãos e entidades da prefeitura são estimulados em projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais.

F.1. IEG-M - I-CIDADE

- O Plano de Contingência de Defesa Civil está em fase de formalização.
- Não foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana.
- O município não possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado.
- Nem todas as vias públicas no município tem manutenção adequada.

G.2. IEG-M - I-GOV TI



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS-UR/3



- A prefeitura municipal não define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI.
- A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI, em desacordo com a CF, Art.39 §2.
- A prefeitura municipal não possui um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados. O banco de dados sob gerência indireta do município infere que o fornecedor daquele software (sistema) pode intervir nos dados originais sem que a prefeitura saiba dessas alterações.
- Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica, mas não há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa.
- Não há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

- Desatendimento a Instruções do TCESP em relação a não entrega/entrega extemporânea de documentos;
- Descumprimento às Recomendações do Tribunal.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.3, em 21 de junho de 2018.

Diva de Almeida
Agente da Fiscalização